

Entidade Adjudicante / DIREÇÃO DE NAVIOS

Número Processo Despesa / 3023016404

Procedimento / Concurso Limitado por Prévia Qualificação

**Objeto do Contrato / FORNECIMENTO DE UM NAVIO DE
PATRULHA COSTEIRO (NPC)**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Despacho de aprovação:

Aprovo, nos termos no despacho de delegação de competências n.º 3931/2024 de S. Exa. o Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de 21 de março de 2024, em conjugação com os artigos 40.º do CCP.

O Diretor de Navios

António F. Rodrigues Mateus
Contra-almirante

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO DE PATRULHA COSTEIRO (NPC)

ÍNDICE

Assunto	Página
Artigo 1.º.....	3
Identificação do concurso.....	3
Artigo 2.º.....	4
Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3.º.....	4
Órgão que tomou a decisão de contratar.....	4
Artigo 4.º.....	5
Fundamento do procedimento.....	5
Artigo 5.º.....	5
Esclarecimentos e erros e omissões.....	5
Artigo 6.º.....	6
Leilão eletrónico.....	6
FASE DE CANDIDATURA E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS.....	7
Artigo 7.º.....	7
Modelo de qualificação dos candidatos.....	7
Artigo 8.º.....	7
Requisitos de capacidade financeira.....	7
Artigo 9.º.....	7
Requisitos de capacidade técnica.....	7
Artigo 10.º.....	8
Documentos destinados à qualificação dos candidatos.....	8
Artigo 11.º.....	10
Documentos da candidatura.....	10
Artigo 12.º.....	11
Prazo e modo de apresentação das candidaturas.....	11
Artigo 13.º.....	12
Análise das candidaturas e decisão de qualificação.....	12
FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO.....	13
Artigo 14.º.....	13
Requisitos e documentos para apresentação de proposta.....	13
Artigo 15.º.....	17
Critério de adjudicação.....	17
Artigo 16.º.....	18
Análise das propostas e adjudicação.....	18
Artigo 17.º.....	18
Documentos de habilitação.....	18
Artigo 18.º.....	20
Caução.....	20
Artigo 19.º.....	20
Contrato escrito.....	20
Artigo 20.º.....	20
Encargos.....	20
Artigo 21.º.....	20
Legislação aplicável.....	20
ANEXO A1 - Modelo de Declaração (Anexo I ao CCP).....	21
ANEXO A2 - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP).....	23
ANEXO B – Minuta da proposta.....	24
ANEXO C - Modelo de Avaliação das Propostas.....	25

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO DE PATRULHA COSTEIRO (NPC)

ARTIGO 1.º

Identificação do concurso

1. O presente concurso limitado por prévia qualificação, com a referência n.º **3023016404**, tem por objeto a formação do contrato para a aquisição de um Navio de Patrulha Costeiro (a jusante designado por NPC), pelo preço máximo de 7.829.000,00 EUR (sete milhões, oitocentos e vinte e nove mil euros) a que acrescerá o IVA, não devendo no ano respetivo ultrapassar o montante autorizado conforme o ANEXO O – Plano de Pagamentos, acrescido dos montantes transitados em saldo de anos anteriores.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (*Common Procurement Vocabulary*), 34511100-3 (NAVIOS PATRULHA) de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.
3. O Programa de Aquisição dos NPC é uma prioridade para o interesse nacional, afirmada em sede do processo legislativo de aprovação da Lei Orgânica n.º 1/2023, de 17 de agosto, que procedeu à revisão da Lei de Programação Militar (LPM) e que veio incluir, nas suas dotações, as verbas necessárias para proceder à retoma do investimento em navios destinados às missões da Marinha Portuguesa.
4. O procedimento visa satisfazer a necessidade de renovar a esquadra nacional com a aquisição de um NPC para garantir a segurança e autoridade do Estado nos espaços marítimos de Portugal Continental e da Região Autónoma da Madeira, através do desempenho de uma grande amplitude de missões. Estas incluem busca e salvamento marítimo, patrulha, fiscalização, repressão de ilícitos marítimos e combate à poluição do mar. Além disso, o navio também

participa ativamente de exercícios navais e missões de proteção de força, colaborando com outras unidades navais e agentes do Estado.

5. Visando a eficiência operacional, será dada ênfase à comunalidade de sistemas e equipamentos entre o NPC e outros navios, pelo que a arquitetura de sistemas SEWACO, comum a diferentes classes de navios, será implementada para assegurar o desempenho operacional e a sustentação ao longo do ciclo de vida.
6. Por fim, numa abordagem estratégica, considera-se significativo para a indústria e economia nacional, potenciar que a construção e o aprestamento sejam preferencialmente realizados em Portugal. Visa-se promover e incorporar, na medida do possível, tecnologia, equipamentos e produtos desenvolvidos e/ou produzidos em Portugal, podendo possibilitar o explorar de oportunidades para a indústria nacional, promovendo parcerias de inovação e capacitação, com foco em tecnologia e valor acrescentado.

ARTIGO 2.º

Entidade adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, Marinha, através da Superintendência do Material, Direção de Navios, com o NIF 600 012 662, sita na Base Naval de Lisboa – Alfeite, 2810-001 Almada.
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados e realizados através da plataforma eletrónica cujo endereço é: <https://www.acingov.pt>.
3. O processo do concurso pode ainda ser consultado na Direção de Navios, sito na mesma morada, das 9h00 às 13h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do respetivo anúncio, por marcação através do e-mail: aquisicoes.dn@marinha.pt ou pelo Telefone: (351) 21 0901447.

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi autorizada pelo Despacho n.º 2195/2024, de 19 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 42, de 28 de fevereiro de 2024, páginas 25 e 26.

ARTIGO 4.º

Fundamento do procedimento

A escolha do procedimento por concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional fundamenta-se nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, adiante designado por CCP.

ARTIGO 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, na plataforma eletrónica utilizada através do endereço <https://www.acingov.pt>, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
2. Até ao termo do prazo referido no número anterior, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos do artigo 50.º do CCP.
3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri do concurso e são prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das candidaturas/propostas.
4. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

ARTIGO 6.º
Leilão eletrónico

No presente concurso não há lugar a leilão eletrónico.

FASE DE CANDIDATURA E QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS

ARTIGO 7.º

Modelo de qualificação dos candidatos

1. A qualificação dos candidatos assenta no modelo simples de qualificação referido no artigo 179.º do CCP.
2. São qualificados todos os candidatos que preencham cumulativamente os requisitos de capacidade financeira e de capacidade técnica.

ARTIGO 8.º

Requisitos de capacidade financeira

Para efeitos de aferição da capacidade financeira os candidatos devem apresentar, nos termos do artigo 164.º n.ºs 4 e 5 e dos artigos n.ºs 165.º e 179.º do CCP, o valor médio do volume de vendas de bens e ou serviços relativos aos exercícios concluídos dos últimos 3 (três) anos fiscais (2021, 2022 e 2023 – caso não existam contas já aprovadas relativas ao ano de 2023 devem ser demonstrados os anos 2020, 2021 e 2022) com um valor igual ou superior a metade do valor do presente procedimento sem IVA, ou, apresentar a declaração bancária de acordo com o modelo constante do anexo VI ao CCP, ou, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado.

ARTIGO 9.º

Requisitos de capacidade técnica

Para efeitos de aferição da capacidade técnica os candidatos devem apresentar nos termos do artigo 165.º comprovativos:

1. De serem portadores de qualificações no domínio da gestão, nomeadamente, dos sistemas de gestão da qualidade da empresa com os requisitos da EN ISO 9001: 2015;
2. Dos sistemas de gestão ambiental da empresa, com os requisitos da EN ISO 14001:2015 ou de acordo com o ANEXO E;
3. Dos sistemas de gestão da segurança e saúde do trabalho da empresa, com os requisitos da EN ISO 45001:2019 ou de acordo com o ANEXO E;
4. De terem realizado nos últimos 10 (dez) anos, a construção de, pelo menos, 1 (um) navio em compósito e multicasco com um comprimento igual ou superior a 20 (vinte) metros;
5. De possuírem nas suas instalações naves/ hangares climatizados e com monitorização e controlo de temperatura e humidade, adequados à construção de navios em material compósito e com as dimensões necessárias para acomodar e executar a construção do NPC, considerando uma margem a toda a volta do navio de, pelo menos, 2 metros;
6. De possuírem nas suas instalações meios adequados para lançamento e alagem do NPC;
7. De possuírem nas suas instalações, capacidade para armazenagem dos moldes do NPC, devidamente resguardados e acondicionados com condições ambientais adequadas à sua preservação, durante o período de construção do navio e respetiva garantia.

ARTIGO 10.º

Documentos destinados à qualificação dos candidatos

1. Os documentos destinados à qualificação dos candidatos e dos seus subcontratados, se existirem, que deverão ser redigidos em língua portuguesa, são os seguintes:

- a. Quanto à capacidade financeira do candidato, declaração oficial de autoridade tributária competente relativa aos exercícios concluídos dos últimos 3 (três) anos fiscais (2021, 2022 e 2023 – caso não existam contas já aprovadas relativas ao ano de 2023 devem ser demonstrados os anos 2020, 2021 e 2022) ou a declaração bancária de acordo com o modelo constante do anexo VI ao CCP, ou, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, um dos membros que o integram ser uma instituição de crédito que apresente documento comprovativo de que possui sede ou sucursal em Estado membro da União Europeia, emitido pela entidade que exerça a supervisão bancária nesse Estado;
- b. Quanto à capacidade técnica os candidatos devem demonstrar documentalmente:
 - i. Certificados, passados por entidade acreditada (nacional ou estrangeira) quanto à conformidade dos sistemas de gestão qualidade da empresa com os requisitos da EN ISO 9001: 2015;
 - ii. Certificados, passados por entidade acreditada (nacional ou estrangeira) quanto à conformidade dos sistemas de gestão ambiental da empresa com os requisitos da EN ISO 14001:2015 ou através da apresentação de um Plano de Gestão Ambiental e um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição que cumpra com os requisitos mencionados no ANEXO E;
 - iii. Certificados, passados por entidade acreditada (nacional ou estrangeira) quanto à conformidade dos sistemas de gestão da segurança e saúde da EN ISO 45001:2019 ou através da apresentação da documentação prevista no Anexo E;
 - iv. Demonstração documental da realização nos últimos 10 (dez) anos, da construção de pelo menos 1 (um) navio em compósito e multicasco com um comprimento igual ou superior a 20 (vinte) metros. A demonstração deve conter, no mínimo, informação das características principais dos navios (dimensões principais), da instalação propulsora, a data de início e o tempo da construção. A demonstração documental poderá ser prestada pelo dono, armador ou seu representante legal. A

- demonstração documental só poderá ser prestada pelo Adjudicatário caso o navio para referência em questão se encontre em construção;
- v. Demonstração documental, através da apresentação de planos das infraestruturas mencionadas, que comprovem os requisitos apresentados nos pontos 5., 6. e 7. do artigo 9.º deste documento.
2. Em qualquer das situações descritas nos números anteriores, no caso de o candidato ser um agrupamento ou um consórcio, basta que as qualificações pedidas se verifiquem num dos membros que integram o agrupamento ou o consórcio.

ARTIGO 11.º

Documentos da candidatura

1. A candidatura é constituída pelos documentos referidos no artigo anterior e pelo Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), conforme descrito nos números abaixo, todos redigidos obrigatoriamente em língua portuguesa, ou com tradução oficial devidamente legalizada, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada.
2. O DEUCP referido no número anterior deve ser assinado pelo candidato ou por representante que tenha poderes para o obrigar. O DEUCP encontra-se disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico;
 - ii. “Importar um DEUCP”; “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;
 - iii. Selecionar o país do concorrente;
 - iv. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - v. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.

3. Quando a candidatura seja apresentada por um agrupamento candidato, o DEUCP referido no n.º 1 deve ser assinado pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao respetivo documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Quando, para efeitos do preenchimento dos requisitos mínimos de capacidade técnica, o candidato recorra a terceiros, independentemente do vínculo que com eles estabeleça, nomeadamente o de subcontratação, a respetiva candidatura é ainda constituída por uma declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a realizar determinadas prestações objeto do contrato a celebrar.

ARTIGO 12.º

Prazo e modo de apresentação das candidaturas

1. A apresentação da candidatura deverá ser realizada de forma eletrónica, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a. Data limite de entrega: até às 23:59, do 30.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação ao serviço de Publicações da União Europeia para ser publicitado no Jornal Oficial da União Europeia;
 - b. Prazo validade das candidaturas: 180 dias;
 - b. A entrega das candidaturas do presente procedimento será efetuada na plataforma eletrónica de contratação <https://www.acingov.pt>.
2. A candidatura deve ser assinada eletronicamente, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada.

ARTIGO 13.º

Análise das candidaturas e decisão de qualificação

1. À análise e subsequente tramitação das candidaturas é aplicável o regime previsto nos artigos 178.º a 188.º do CCP.
2. O órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de qualificação no prazo máximo de 44 dias após o termo do prazo para a apresentação das candidaturas e notifica-a aos candidatos, concedendo-lhes um prazo de cinco dias úteis para apresentação dos documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos financeiros e técnicos exigidos, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 187.º do CCP.
3. Cumprido o disposto no artigo 187.º do CCP, o órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os candidatos da decisão tomada e do prazo de audiência prévia a cumprir, posteriormente envia aos candidatos qualificados, em simultâneo, um convite para apresentação de proposta nos termos do artigo 189.º do CCP – nos termos expressos na peça procedimental - Convite à apresentação de proposta.
4. A proposta deve ser submetida através da plataforma de contratação supra identificada, utilizando uma assinatura eletrónica qualificada, até às 23:59 do 30.º dia a contar da data do envio do convite – 189.º do CCP.

FASE DE APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

ARTIGO 14.º

Requisitos e documentos para apresentação de proposta

1. A proposta é instruída pela totalidade dos documentos abaixo indicados, assinados individualmente com recurso a assinatura eletrónica qualificada, antes do processo de submissão da proposta, sob pena de exclusão, contendo:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <http://www.base.gov.pt/deucp/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - vi. “Sou um operador económico;
 - vii. “Importar um DEUCP”; “Carregar documento” – selecionar o ficheiro disponibilizado na plataforma <https://www.acingov.pt/>;
 - viii. Selecionar o país do concorrente;
 - ix. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - x. No final, selecionar a opção “Imprimir” o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado com recurso a assinatura eletrónica qualificada e enviado junto aos documentos da proposta.
 - b. Declaração de acordo com Modelo de declaração anexo I ao CCP (Anexo A1 do Programa do Procedimento).
 - c. Proposta, de acordo com o Anexo B, com a informação dos atributos, termos, condições e informação técnica detalhada. Em substituição poderá ser apresentado um outro documento, contendo sempre expressa e taxativamente a mesma informação, inscrita no anexo referido;
 - d. A proposta referida na alínea anterior, a apresentar de acordo com o Anexo B, deverá especialmente conter os seguintes documentos:

- i. Declaração sob compromisso de honra indicando cumprir com a documentação de projeto entregue pelo Estado, por forma a construir um navio que cumpra com os conceitos operacionais do navio e comportamento no mar descritos nos Capítulos 051 e 079 do Anexo G. Podem existir alterações ao projeto desde que previamente aprovadas pelo Estado;
 - ii. Declaração sob compromisso de honra indicando quais os Requisitos Desejáveis (D) da Especificação Técnica a cumprir;
 - iii. Declaração sob compromisso de honra indicando o cumprimento de todos os Requisitos Obrigatórios do Anexo G;
- e. Declaração sob compromisso de honra, indicando os itens a construir ou incorporar identificando, para cada um deles, as instalações fabris e os locais de execução dos trabalhos, em Portugal ou no Estrangeiro, e os respetivos prazos de execução.
- f. Documento eletrónico oficial, indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, nomeadamente, certidão permanente do registo comercial, procuração ou documento equivalente.
2. Preço total em EUROS, com duas casas decimais, obrigatoriamente, não incluindo o IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto, à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre preço por extenso e o escrito por algarismos prevalecerá sempre o preço por extenso parcelarmente apresentado.
3. No caso de o preço unitário ou total ser apresentado com mais de duas casas decimais, o preço considerado será o de duas casas decimais aproximado por defeito.
4. A taxa do IVA aplicável deve ser indicada à parte. Nos casos de isenção é obrigatória a menção ao respetivo fundamento legal (norma, artigo, número, alínea).

5. O preço da proposta não poderá exceder o indicado na cláusula quarta (4.^a) no Caderno de Encargos, levando em conta os montantes anuais máximos financeiros expressos no Plano de Pagamentos – Anexo O do Caderno de Encargos.
6. O preço da proposta deverá ser decomposto nos seus principais elementos, nomeadamente:
 - a. os Moldes do casco;
 - b. a Estrutura do navio;
 - c. os Motores Diesel Principais;
 - d. os Motores Elétricos;
 - e. a Caixa Redutora;
 - f. as Linhas de Veios;
 - g. o Impulsor de Proa;
 - h. os Geradores;
 - i. o Gerador de Emergência;
 - j. a Distribuição Elétrica;
 - k. o Sistema Integrado de Gestão da Plataforma;
 - l. o Sistema de Aquecimento Ventilação e Ar Condicionado;
 - m. o Grupo de Osmose Inversa;
 - n. os Cabrestantes;
 - o. os *Launch and Recovery System* (LARS) das embarcações e VENT;
 - p. as Portas de Persiana;
 - q. a Estação de Tratamento de Águas Residuais;

r. os Requisitos Desejáveis.

7. O preço do valor homem/hora, podendo ser indicado por áreas tecnológicas.
8. Prazo de manutenção da proposta, nunca inferior a 180 (cento e oitenta) dias de calendário.
9. Discriminação do prazo do fornecimento com escalonamento expresso em dias e/ou descrito por algarismos, alinhado com o plano de pagamentos.
10. O prazo de fornecimento a apresentar será sempre contado em dias corridos, de calendário, incluindo Sábados, Domingos e Feriados.
11. No caso de o prazo ser apresentado em forma diferente de dias corridos, converter-se-á em dias corridos, na fórmula expressa no número anterior. No caso de existir divergência entre as datas indicadas por extenso e as descritas em algarismos prevalecerá sempre a que indicar um prazo mais curto.
12. Quando as propostas são apresentadas por sociedade comercial ou agrupamento, devem ser assinadas por quem tenha poderes para os obrigar com documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, contrato de consorcio, procuração), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP.
13. Quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.
14. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, à exceção dos documentos que contenham especificações técnicas, manuais ou documentação com características técnicas, que poderão ser redigidos em língua inglesa.
15. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.
16. Será motivo de análise, podendo implicar a exclusão da proposta se insuficientemente fundamentada, por apresentar um preço anormalmente baixo,

a proposta que apresentar um preço máximo igual ou inferior a 60% do Preço Máximo, sem IVA.

ARTIGO 15.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é o da proposta técnico/economicamente mais vantajosa, com maior Valor de Proposta (VP), calculado na modalidade de multifatorial, densificada pelos fatores constantes na seguinte tabela, e de acordo com o regulamento de avaliação das propostas em Anexo C.

Fatores	Coefficiente de Ponderação
Preço (P)	57,50 %
Mérito Técnico (MT)	30,50 %
Prazo (PZ)	12,00 %

2. No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate pela ordem de aplicabilidade a seguir apresentada:
 - a. Maior pontuação no fator Preço (P)¹;
 - b. Maior pontuação no fator Mérito Técnico (MT)²,
 - c. Maior pontuação no fator Prazo (PZ)³;
 - d. Sorteio – identificando as propostas por número de ordenação a retirar de saco não transparente com a presença dos concorrentes empatados.

¹ P calculado de acordo com o anexo C

² MT calculado de acordo com o Anexo C

³ PZ calculado de acordo com o Anexo C

ARTIGO 16.º

Análise das propostas e adjudicação

1. A fase de análise das propostas e adjudicação decorrerá nos termos previstos nos artigos 146.º a 148.º, por força do disposto no artigo 162.º, todos do CCP.
2. As propostas que, quanto ao respetivo teor e atributos, contenham elementos não conformes com as peças procedimentais, serão apreciadas, consoante o aplicável, no âmbito do n.º 2 do artigo 70.º e artigo 72.º, ambos do CCP. **Não se admitirá como suprimimento dessas desconformidades menção pelo proponente de que as mesmas se devem considerar como não escritas.**
3. A decisão de adjudicação deve ser notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas, nos termos do artigo 77.º do CCP.
4. O órgão competente para a decisão de contratar poderá eventual e excecionalmente e por motivos de interesse público devidamente fundamentados, aplicar o possibilitado no n.º 6 do art.º 70.º do CCP.

ARTIGO 17.º

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://www.acingov.pt>, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação:
 - a. Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos (Declaração de acordo com o Modelo de declaração Anexo II ao CCP – Anexo A2 do programa do presente procedimento);
 - b. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais dos titulares de órgão de administração e/ ou gerência) do CCP;
 - c. Certidão comercial atualizada;

- d. Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>) ou documento equivalente para concorrentes fora do espaço português;
 - e. Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se este for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei (aplicável se o contrato se encontrar sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas).
- 2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
 - 3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1.
 - 4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do Artigo 55.º se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.
 - 5. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.
 - 6. Todos os documentos de habilitação que não forem emitidos por autoridades portuguesas ou por concorrentes portugueses podem ser apresentados por documentos equivalentes do seu país de origem.

ARTIGO 18.º

Caução

1. Nos termos do artigo 88.º há lugar a prestação de caução de bom cumprimento do contrato, nos termos do modelo de garantia bancária em anexo ao Caderno de Encargos.
2. Se existir necessidade de realizar pagamentos por adiantamento será observado o disposto nos artigos 292.º a 298.º do CCP.

ARTIGO 19.º

Contrato escrito

O contrato será reduzido a escrito e celebrado nos termos dos artigos 94.º a 106.º do CCP através da elaboração de um clausulado de acordo com as cláusulas jurídicas e determinações técnicas do Caderno de Encargos.

ARTIGO 20.º

Encargos

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude das eventuais obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução e aos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas.

ARTIGO 21.º

Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente programa do concurso, bem como no caderno de encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e respetiva legislação regulamentar, e da Lei n.º 30/2021 de 21 de maio.

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO DE PATRULHA COSTEIRO (NPC)

ANEXO A1 - Modelo de Declaração (Anexo I ao CCP)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura ⁽⁴⁾].

-
- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
 - (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.
 - (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.
 - (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO A2 - Modelo de Declaração (Anexo II ao CCP)

1. ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁴... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁵ não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica.... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados⁶] os documentos comprovativos de que a sua representada⁷ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data), ... [assinatura⁸].

(4)Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(5) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(6) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso

(7) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão “a sua representada”

(8) Nos termos do disposto nos n. os 4 e 5 do artigo 57.º

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO DE PATRULHA COSTEIRO (NPC)

ANEXO B – Minuta da proposta

_____ (denominação social da empresa concorrente), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento para _____ (designação do procedimento), a que se refere o programa datado de _____ (data), obriga-se a executar o fornecimento, de acordo com as condições estabelecidas no Programa, Caderno de Encargos e demais documentação, pelo preço total de _____ (em algarismos e por extenso), constituindo este elemento o atributo da sua proposta.

À quantia mencionada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor, na percentagem de _____%, no montante de_____.

Prazo de Entrega do navio: _____

Prazo de manutenção da proposta: 180 dias de calendário.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao qual se achar prescrito na Legislação Portuguesa em vigor.

Data

Assinatura

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

NAVIO DE PATRULHA COSTEIRO (NPC)

ANEXO C - Modelo de Avaliação das Propostas

As propostas serão avaliadas e ordenadas, de acordo com o somatório das pontuações obtidas nos 4 fatores abaixo indicados, calculadas com base nas seguintes fórmulas:

<u>Preço – 57,50%</u>	
O fator “Preço” é calculado segundo a seguinte fórmula	
$Pr = 57,5 \times \left[\frac{CP_{max} - PPC}{CP_{max}} \right]$	
em que:	
Pr = Pontuação atribuída ao fator “Preço” da proposta;	
CP_{max} = Custo Máximo do Programa = Preço Base (PB) + Encargos Máximos com a Equipa de Acompanhamento e Fiscalização (EEAF _{max});	
PPC = Preço da proposta corrigido = Preço da Proposta (PP) + Encargos com a Equipa de Acompanhamento e Fiscalização (EEAF);	
EEAF = n.º elementos EAF X Prazo de Execução (Pz) X FC1;	
(o valor a aplicar de FC1 será o de FC1(nacional) ou FC1 (estrangeiro), consoante a construção seja realizada em Portugal ou fora de Portugal;	
EEAF_{máx} = Encargo máximo a suportar pelo Estado relativo à sustentação das equipas na situação da construção ocorrer no estrangeiro, calculado segundo a seguinte fórmula:	
EEAF_{máx} = Prazo Máximo Execução do Contrato X FC1 (estrangeiro) = 600 dias X 625,44 € = 375.264,00 €	
PZ = Prazo de execução de contrato previsto na Proposta, em dias;	
FC1 = Encargos diários estimados com a projeção para o local de construção da EAF, obedecendo às seguintes premissas:	
- Encargo diário com a EAF, na situação da construção ocorrer em Portugal:	
FC1 (nacional) = 6 Elementos X ACusto Nacional (62,75 €) = 376,50 €;	
- Encargo diário com a EAF, na situação da construção ocorrer no estrangeiro:	
FC1 (estrangeiro) = 6 Elementos X ACusto Estrangeiro (104,24 €) = 625,44 €.	
- Legislação aplicável relativa aos encargos com sustentação das equipas:	
- Em território nacional:	
- DL n.º 119/1985 de 22 de abril, publicada no DR 1ª Série n.º 93, de 22 de abril;	

- Portaria n.º 344/2009 de 03 de abril, publicada no DR 1ª Série n.º 66, de 03 de abril.
- Em território estrangeiro:
 - DL n.º 254/1984, de 27 de julho, publicado no DR 1ª Série n.º 192 de 22 de agosto;
 - Portaria n.º 494/2009 de 11 de maio, publicada no DR 1ª Série n.º 90, de 11 de maio;
 - Despacho n.º 4182/2008 dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Defesa Nacional, publicado no DR 2ª Série n.º 34, de 18 de fevereiro.
- Transversal:
 - DL n.º 137/2010, de 28 de dezembro, publicado no DR 1ª Série n.º 250 de 28 de dezembro na sua versão atual.

Prazo – 12,00%

O fator “**PRAZO**” é calculado segundo a seguinte formula

$$PZ = 12 \times \left[\frac{PZ_{\text{máx}} - PZ_{\text{ct}}}{PZ_{\text{máx}}} \right]$$

em que:

PZ = Pontuação atribuída ao prazo de execução de contrato previsto na proposta “x_n”

PZ_{ct} = Prazo de execução de contrato previsto na Proposta, em dias;

PZ_{máx} = Prazo máximo, fixado no Caderno de Encargos, entre DEC e entrega do navio, em dias.

<u>MÉRITO TÉCNICO – 30,50%</u>			
O fator “MÉRITO TÉCNICO” está subdividido em subfactores, conforme indicado na tabela abaixo.			
Subfactores	Pontuação	Sub-subfactores	Pontuação
Construção	13,00%	Moldes de construção do navio	12,50%
		Controlo de Qualidade	0,50%
Apoio Logístico	7,00%	Sobressalentes	3,00%
		Ferramentas especiais e equipamentos de teste	1,50%
		Programa de Manutenção	2,50%
Aprestamento	2,50%	Fornecimento do material de padrão naval	2,00%
		Fornecimento de Câmaras Frigoríficas, Grandes Eletrodomésticos e Material de Lavandaria	0,50%
Gestão da Plataforma e Automação	8,00%	SIGP	5,00%
		Incremento da automação do navio	3,00%
<u>Total</u>	<u>Σ</u>	<u>Pontuação final = Σ</u>	

As valorizações dos subfactores discriminados nas tabelas abaixo correspondem à realização dos requisitos considerados como desejáveis no Anexo G.

Os valores definidos nos diferentes níveis definidos na tabela não são cumulativos, ou seja, cada nível representa o seu valor absoluto para a valorização da proposta.

DENSIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO		
MÉRITO TÉCNICO		
SUBFACTORES	DESCRIÇÃO	Pts %
CONSTRUÇÃO	<p>Este subfactor avalia o grau de realização/ cumprimento no que concerne à manufatura e fornecimento do molde dos cascos, conforme Capítulo 045 e 074 da ET.</p> <p>O grau de cumprimento será comprovado e avaliado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir.</p> <p>A pontuação a atribuir será de acordo com os 2 níveis de cumprimento definidos abaixo, variando discretamente entre os 10,50% e os 12,50% do total do mérito da proposta</p>	
	Nível 2 – Nível 1 + Todos os moldes utilizados na construção do navio passam a ser propriedade do Estado.	12,50%
	Nível 1 – Utilização de moldes dos cascos do tipo Fêmea Via Matriz Macho (FVMM) e estes moldes serão propriedade do Estado.	10,50%
	<p>Este subfactor avalia a realização/ cumprimento no que concerne à execução de um registo fotográfico, conforme Capítulo 099 da ET.</p> <p>O cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir.</p>	0,50%

APOIO LOGÍSTICO	Sobressalentes	Este subfactor avalia o grau de realização/ cumprimento no que concerne ao desenvolvimento do programa de fornecimento de Peças Sobressalentes e respetivo fornecimento, definidos no Anexo F do Caderno de Encargos.	
		O seu fornecimento ocorrerá até 3 meses antes da receção provisória do navio.	
		O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir.	
		A pontuação a atribuir será de acordo com os 2 níveis de cumprimento definidos abaixo , variando discretamente entre os 1,50% e os 3,00% do total do mérito da proposta.	
		Nível 2 – Nível 1 + Fornecimento dos sobressalentes para reparações em caso de avaria, durante um ciclo de manutenção (3 anos), conforme ponto 4-1.4 do Anexo F.	3,00%
		Nível 1 – Fornecimento do lote de terra (base), conforme ponto 4-1.3 do Anexo F.	1,50%
	Ferramentas especiais e equipamentos de teste	Este subfactor avalia o grau de realização/ cumprimento no que concerne ao fornecimento de ferramentas especiais e equipamentos de teste, definidos no Anexo F do Caderno de Encargos.	
		O seu fornecimento ocorrerá até 3 meses antes da receção provisória do navio.	
		O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir.	
		A pontuação a atribuir será de acordo com os 3 níveis de cumprimento definidos abaixo , variando discretamente entre os 0,50% e os 1,50% do total do mérito da proposta.	
		Nível 2 – Nível 1 + Nível 2 + Fornecimento do conjunto de ferramentas (comuns e especiais) e equipamento de medição, de teste e de diagnóstico, acordo alínea c. do ponto 5-1.4 do Anexo F.	1,50%
		Nível 2 – Nível 1 + Fornecimento do conjunto de ferramentas (comuns e especiais) e equipamento de medição, de teste e de diagnóstico, acordo alínea b. do ponto 5-1.3 do Anexo F.	1,00%
		Nível 1 – Fornecimento do conjunto de ferramentas (comuns e especiais) e equipamento de medição, de teste e de diagnóstico, acordo alínea a. do ponto 5-1.2 do Anexo F.	0,50%

	Programa de Manutenção	Este subfactor avalia o grau de realização/ cumprimento no que concerne ao desenvolvimento do programa de Manutenção, definido no Anexo F do Caderno de Encargos.	
		O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra, indicando o nível que se propõe atingir.	
		A pontuação a atribuir será de acordo com os 2 níveis de cumprimento definidos abaixo , variando discretamente entre os 1,50% e os 2,50% do total do mérito da proposta.	
		Nível 2 – Nível 1 + Desenvolve e fornece o Programa de Manutenção (PM), conforme ponto 7 do Anexo F.	2,50%
Aprestamento	Fornecimento do material de padrão naval	Este subfactor avalia a realização/ cumprimento no que concerne ao fornecimento do material de padrão naval, definidos no Capítulo 600 e Apêndice 600 A da ET.	
		O seu fornecimento ocorrerá até 3 meses antes da receção provisória do navio.	
		O cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra.	
	Fornecimento de Câmaras Frigoríficas, Grandes Eletrodomésticos e Material de Lavandaria	Este subfactor avalia a realização/ cumprimento no que concerne ao fornecimento das Câmaras Frigoríficas, Grandes Eletrodomésticos e Material de Lavandaria conforme definido no Capítulo 600 da ET.	
		O seu fornecimento ocorrerá até 5 meses antes da receção provisória do navio.	
		O cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através de declaração sob compromisso de honra.	

Gestão da Plataforma e Automação	SIGP	<p>Este subfactor avalia a conformidade do nível funcional do sistema integrado de gestão da plataforma.</p> <p>O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através da apresentação dos referidos documentos.</p> <p>A pontuação a atribuir será de acordo com os 4 níveis de cumprimento definidos abaixo, variando discretamente entre os 1,00% e os 5,00% do total do mérito da proposta.</p>	
		Nível 4 – Nível 3 + Sistema de Gestão de Cargas Líquidas, conforme ponto 410-11 da ET.	5,00%
		Nível 3 - Nível 2 + Sistema de Monitorização do Calado do Navio, conforme ponto 410-10 da ET + Fornecimento de Sistema de treino em Terra e no Navio.	4,00%
		Nível 2- Nível 1 + Alteração das cores nos diagramas de fluxos + Manter, automaticamente, o nível dos tanques de serviço de aguada e de Combustível	2,50%
		Nível 1 Marinha fica proprietário e tem permissões para fazer alterações no software (410-1.1 / 080 1.5.5 / 080 1.5.1.d.)	1,00%
	Incremento da automação do navio	<p>Este subfactor avalia a conformidade do nível Automação dos sistemas da plataforma.</p> <p>O grau de cumprimento será avaliado/comprovado, no momento da análise das propostas, através da apresentação dos referidos documentos.</p> <p>A pontuação a atribuir será de acordo com os 3 níveis de cumprimento definidos abaixo, variando discretamente entre os 1,00% e os 3,00% do total do mérito da proposta.</p>	
		Nível 3 – Solução que melhore consideravelmente a automação do navio, aumentando a sua capacidade operacional com a guarnição prevista.	3,00%
		Nível 2 – Nível 1 + Emergências da Propulsão (410-8.8)	1,50%
		Nível 1 – Enchimento automático dos tanques de combustível de serviço (410-7.2.c.)	1,00%